

## **III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero**

---

### **Associativismo, profissões e políticas públicas**

#### **ST 6- CASA, GÊNERO E TRABALHO**

As transformações na divisão sexual do trabalho  
e os novos arranjos de gênero domésticos

Jordão Horta Nunes - UFG  
Lilian Silva do Amaral Suzuki - UFG  
Maria Fernandes Gomide - UFG

Goiânia, setembro de 2010

## **As transformações na divisão sexual do trabalho e os novos arranjos de gênero domésticos**

Jordão Horta Nunes<sup>1</sup>, Lilian Silva do Amaral Suzuki<sup>2</sup>, Maria Fernandes Gomide<sup>3</sup>.

### **Introdução**

O objetivo aqui é identificar, recorrendo à literatura sobre temática, as principais formas em que se efetivam os arranjos e estratégias de gênero na esfera doméstica no contexto das transformações recentes do mundo do trabalho. Emprega-se o repertório analítico resultante para analisar duas formas de trabalho específicas: os serviços de contínuos (office-boys, office-girls, mensageiros etc.) e o trabalho de brasileiros descendentes de japoneses como decasségus. A idéia é realizar uma breve reconstrução da temática e caracterização dos arranjos relacionados principalmente ao tempo dispendido no trabalho doméstico no Brasil para aplicá-la, de forma heurística e especulativa, no exame de ocupações analisadas no contexto mais amplo de um projeto de pesquisa sobre serviços e identidade no trabalho.

### **Os arranjos de gênero e a divisão social do trabalho**

A participação feminina crescente na força de trabalho no Brasil e sua maior representação num amplo espectro de ocupações e profissões, a partir da década de 1950 é um fenômeno que tem atraído a atenção de demógrafos, sociólogos e economistas, principalmente. No entanto, constata-se também a manutenção de uma desigualdade de gênero no mercado de trabalho, associada com uma segregação ocupacional (Cf. OLIVEIRA, 2003). Os nichos tradicionais de ocupação feminina, no trabalho doméstico remunerado e em serviços de higiene pessoal, constituem também setores desqualificados e caracterizados por baixa remuneração, informalidade e precarização. Com base no levantamento da PNAD em 2008 pode-se verificar que 17% das mulheres ocupadas no Brasil estavam no trabalho doméstico, setor a que estiveram vinculados cerca de 6 milhões e quinhentos mil trabalhadores (93,6% do gênero feminino), dos quais metade recebia até meio salário mínimo. Entretanto, Cristina Bruschini já constatava, no início do século XXI, não só o deslocamento para outros grupos ocupacionais de maior prestígio, como odontologia, medicina, engenharia, jornalismo e o grupo de ocupações jurídicas, que registrou aumento considerável (de até 300%, no número de juízas, na década de 1980). Ainda que alguns guetos ocupacionais tenham se mantido, como é o caso de enfermeiras e professoras de ensino fundamental, registrou-se um expressivo aumento, no que concerne à posição na ocupação, na categoria de proprietárias e, conseqüentemente, de empregadoras em pequenos estabelecimentos, em áreas de serviços de baixa qualificação (Cf. BRUSCHINI, 2000).

Várias análises da divisão sexual do trabalho relacionada à estrutura ocupacional e às transformações tecnológicas no contexto da reestruturação produtiva e do regime de acumulação pós-fordista (HIRATA, 2002; MARUANI; HIRATA, 2003; HOLZMAN, 2010; HIRATA e KERGOAT, 2007) evidenciam uma configuração recorrente: a formação de guetos femininos onde as ocupações predominantes se concentram em níveis de qualificação mais baixos. A capacidade técnica e as características do self valorizadas nessas ocupações praticamente coincidem com os atributos da feminilidade (*womanhood*) construída e mantida nas relações sociais de gênero tradicionais: docilidade, submissão, paciência, agilidade, destreza com as mãos,

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto, Universidade Federal de Goiás

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais, Bolsista de Iniciação Científica, Universidade Federal de Goiás

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Sociais, Bolsista de Iniciação Científica, Universidade Federal de Goiás

paciência, perspicácia, fidelidade e maior tolerância em relação a trabalhos monótonos e repetitivos. Esse tipo de classificação de atributos e qualificações resulta numa hierarquização das ocupações e atividades que, embora acarrete profundas consequências na posição e na identidade social dos trabalhadores, não tem raízes no sistema produtivo, mas num processo de construção de uma identidade sexuada (Cf. DUBAR, 2006) com base na socialização primária.

A influência da educação diferenciada para meninos e meninas, com origem na esfera doméstica e extensão na escolarização, em criar e reforçar os atributos e valores que integram as identidades de gênero masculina e feminina foram analisados, de forma pioneira, em *Arranjo entre os sexos* (GOFFMAN, 1977). Segundo o sociólogo canadense,

na medida em que o indivíduo constrói um sentido de quem é e do que é referindo-se à sua classe de sexo e julgando-se em termos dos ideais de masculinidade (ou feminilidade), pode-se falar em identidade de gênero. Parece que essa fonte de auto-identificação é uma das mais profundas que a nossa sociedade dispõe, talvez até mais do que a idade, e nunca distúrbios ou mudanças de gênero são previamente considerados como uma questão fácil. (1977)

As meninas são orientadas a desempenhar um papel de apoio, doméstico e os meninos a adotar uma atitude competitiva. Contudo, essa distinção orientativa só se torna possível a partir da aceitação tácita de um princípio de naturalização das diferenças efetivadas em classes de sexo. A participação igualitária e a prática de compartilhar que se espera entre irmãos convivem com o tratamento diferenciado a meninos e meninas. As valorizações e atribuições diferenciadas são efetivadas, de forma aberta, de forma a serem presenciadas por irmãos das duas classes de sexo. Cada sexo, afirma Goffman, “torna-se um dispositivo para formação do outro, dispositivo que é trazido para o interior da casa e que servirá para estruturar a vida social mais ampla, conferindo seu formato e seu ímpeto num círculo pequeno e aconchegante”.

Helena Hirata e Danièle Kergoat, na tentativa de chegar a um conceito de divisão sexual do trabalho, principiam considerando-a como decorrente das relações sociais entre os sexos, mas também uma condição primordial para a própria existência e manutenção da relação social entre os sexos, que é “modulada histórica e socialmente” (2007, p. 599). Caracteriza-se por direcionar os homens ao âmbito produtivo e as mulheres à esfera reprodutiva e por legitimar a “a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”. Aprimorando a caracterização goffmaniana do arranjo entre os sexos, as autoras reconhecem na divisão sexual do trabalho o princípio de separação entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o princípio hierárquico, em que o trabalho masculino vale mais que o trabalho feminino. Embora tais princípios sejam válidos para todas as sociedades conhecidas, independentemente de tempo ou espaço, as modalidades de sua aplicação variam historicamente. Sua forma mais tradicional de aplicação é a ideologia de naturalização das classes de sexo, que passam a ser fundadas em diferenças biológicas a que correspondem práticas sociais articuladas a papéis sexuais que, por sua vez, conformam-se ao destino natural da espécie. Esse tipo de divisão sexual do trabalho ajusta-se a uma explicação sociológica de matriz funcionalista do trabalho doméstico e sua relação com a família e o trabalho produtivo. A constituição de identidades de gênero com base na naturalização de atributos relacionados a diferenças biológicas, base dos arranjos entre sexos na sociedade estadunidense, foi revelada e caracterizada, de forma crítica e irônica, por Goffman que, no entanto, não desenvolveu uma análise histórica ou nada que se aproximasse de uma fenomenologia das formas

identitárias historicamente efetivadas, como Dubar desenvolveu para a identidade social (2005).

Os “nomadismos sexuais” constituem um dos novos modos de divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (1998). Os nomadismos no tempo são comuns no trabalho de mulheres já no contexto da flexibilização, com tempo parcial, geralmente em períodos dispersos no dia e na semana. O limite desse tipo de exploração ocorre no teletrabalho doméstico, empregando formas de comunicação mediada, com recurso de telefonia móvel ou internet. Nas ocupações orientadas pelo gênero masculino incidem os nomadismos espaciais, com ocupações temporárias mas também com deslocamentos espaciais muito frequentes, possibilitados pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte associado ao crescimento econômico. Entretanto, outra modalidade da divisão sexual do trabalho acarreta uma cisão de interesses no próprio grupo das mulheres. Ocorre um deslocamento das mulheres do trabalho doméstico e das atividades tradicionais orientadas por gênero em direção a ocupações executivas mais prestigiadas ou profissões tradicionalmente reconhecidas. O aumento do capital cultural, social e econômico das mulheres nessas ocupações contrasta com a situação de desemprego, precariedade e pobreza a que um grupo muito mais numeroso de mulheres se vincula diante da crise do fordismo, já que as garantias de manutenção das políticas de bem-estar social tornaram-se inacessíveis a muitos diante das exigências de maior qualificação no mercado de trabalho. Assim, a ascensão social do grupo de mulheres em ocupações mais qualificadas tem como contrapartida o crescente exército de reserva feminino, naturalmente apto para a terceirização de diversas atividades relacionadas ao trabalho doméstico, como cozinhar, limpar, cuidar de crianças e idosos. Essas mulheres são recrutadas em nível intranacional (periferias de grandes cidades, regiões ou estados economicamente periféricos, como ocorre no Brasil, por exemplo), mas também internacional (imigrantes de países pobres ou subdesenvolvidos).

A forma de arranjo entre sexos que recorre à terceirização do trabalho doméstico e à contratação de mulheres, como “secretárias do lar”, em ocupações como baby-sitters, empregadas domésticas diaristas ou mensalistas e cuidadoras de idosos recupera, como alertava André Gorz, um tipo de servilismo, ainda que evidencie uma capacidade no setor de serviços para a absorção de mão-de-obra de baixa qualificação, embora com baixos vencimentos e geralmente de forma precária ou sem direitos ou garantias. Para Gorz, tais nichos compreendem ocupações “serviçais”, que substituem o trabalho para si, mas não geram riqueza, apesar de apresentarem uma racionalidade econômica indireta. Tais serviços subalternos nunca são exercidos completamente na esfera pública, sempre há um elemento de pessoalidade e sujeição. (Cf. GORZ, 2007). Por outro lado, a terceirização do trabalho doméstico adquire contornos diferentes, no que concerne à construção identitária de empregados(as) e empregadores ou patrões, em sociedades neocoloniais ou de herança colonial, em comparação com sociedades de matriz européia onde a flexibilização e o trabalho em tempo parcial impulsionaram, de forma originária, a “emancipação” ocupacional das mulheres. Sociólogas contemporâneas, como Mignon Duffy e Evelyn Glenn, influenciadas pela sociologia crítica ou pelas teorias da ação afirmativa, analisaram o trabalho doméstico remunerado principalmente em relação à tríade de fatores raça, gênero e classe (e.g. GLENN, 1992; DUFFY, 2007).

A aproximação com o conceito de divisão sexual do trabalho conduz a examinar a problemática do trabalho doméstico em relação às novas tecnologias (que exigem novas formas de qualificação), às transformações recentes do mundo do trabalho no regime de acumulação flexível ou pós-fordista, mas também em relação aos novos arranjos domésticos e à reconstrução ou até à constituição de formas identitárias

sexuadas, em articulação com formas identitárias simbólicas e ocupacionais-profissionais relacionadas à própria terceirização do trabalho doméstico. Somos, assim, direcionados ao trabalho em serviços e a suas extensões no concerne a gênero, gerando temáticas de pesquisa emergentes sobretudo na tradição francesa e em vertentes interacionistas da sociologia do trabalho: identidade e mixidade no trabalho, serviços interativos e ocupações orientadas por gênero, temporalidades sexuadas, vínculos entre políticas de emprego e políticas para família, além de outras, identidade e consumo etc.

É necessário enfatizar, nesta breve reconstrução da problemática dos arranjos de gênero domésticos, a contribuição de Arlie Hochschild e Anne Machung, em sua pesquisa seminal, hoje clássica na literatura sobre a temática: *The second shift* (1989 [2003]). As autoras empregaram uma metáfora derivada do trabalho na fábrica, o segundo turno, para designar o período de tempo em que se desenvolvem arranjos variados para a realização das atividades domésticas para casais em que ambos trabalham. Hochschild e sua assistente realizaram uma longa pesquisa etnográfica, entrevistando cinquenta casais e observando doze domicílios de 1980 a 1989. Esta etapa etnográfica foi precedida, num primeiro momento, por entrevistas com artesãos, estudantes e profissionais em Berkeley, Califórnia, final dos anos 1970, num contexto de popularidade do movimento feminista que encorajava os jovens casais a modificar e modernizar seus arranjos e relações sociais de sexo em âmbito doméstico. O conjunto de jovens entrevistados tornou-se um grupo de comparação com casais mais típicos e representantes do modo de vida estadunidense. A escolha de casais a serem observados e entrevistados foi antecedida pela aplicação de questionários sobre trabalho e vida familiar a funcionários de uma grande indústria manufatureira urbana. A partir desse survey foram convidados e selecionados aleatoriamente casais que trabalhavam ambos em período integral e tinham filhos com idades até seis anos. Entre 1980 e 1989 foram entrevistados esses casais, seus vizinhos e amigos, os professores de seus filhos, baby-sitters e cuidadores. O monumental trabalho empírico gerou um repertório conceitual que foi aplicado e aprimorado em pesquisas subseqüentes sob a temática da casa e do trabalho.

Em *Second Shift* Hochschild identifica e analisa alguns “mitos de família” que são construídos, na forma típica caracterizada por Mills como “vocabulários de motivos”<sup>4</sup> (MILLS, 1970), “versões da realidade que obscurecem um núcleo de verdade para administrar uma tensão familiar” (2003, p. 18). Um mito de família tradicional justifica o distúrbio, no arranjo entre sexos fundado numa complementaridade “natural” entre a mulher ligada ao trabalho reprodutivo em casa e o homem, que a “sustenta” com o trabalho produtivo na esfera pública, empregando o seguinte vocabulário típico. Os homens de classe média esperam que as mulheres os “ajudem” a manter a família, enquanto se espera deles próprios que também “ajudem” em casa. Em geral “apóiam” o trabalho de suas mulheres, já que “é bom para elas”, e constitui “um direito, se elas assim o querem”. Esses homens vêem-se como igualitários, apesar de desempenharem papéis sociais “ligeiramente” diferentes.. Consideram uma questão de honra não falar sobre sua vantagem econômica em relação à parceira, nem utilizá-la como meio de pressão. Ligada a esse mito da família estão algumas estratégias de gênero empregadas pelos dois sexos, ora para induzir os homens a assumirem o segundo turno, ora para eles se desvencilharem do fardo. Entre as estratégias femininas estão a alegada incompetência para assumir certas tarefas ou problemas de saúde. Pelo lado dos homens há a aquiescência, se não o encorajamento a que a parceira trabalhe preferencialmente

---

<sup>4</sup> Wright Mills considerava os motivos como vocabulários típicos que apresentam funções verificáveis em determinadas situações sociais. “As situações institucionalmente diferentes correspondem diferentes vocabulários de motivos apropriados a seus respectivos comportamentos” (1970, p. 473 ).

no setor de serviços de menor qualificação, mais aberto a jornadas parciais e descontínuas, dando mais margem para que se reduza o número de horas trabalhadas fora, o que favorece o segundo turno doméstico. No entanto, há outros mitos de família que são desenvolvidos no atual estágio de desenvolvimento da divisão sexual do trabalho. O apelo cultural e identitário de uma carreira de nível superior bem sucedida pode se tornar um motivo orientador de estratégias para homens ou mulheres. Contudo, quando o homem valoriza a carreira da mulher, na medicina ou no direito, por exemplo, ressalta também a contrapartida de seu trabalho e esforço para “sustentar” economicamente os anseios da parceira pela mobilidade social. A representação que prevalece é a de que o homem sacrifica seu lazer e se sobrecarrega no trabalho, que é mais importante, tornando-se um elo fundamental para as conquistas da mulher, que se tornam, assim, heterônomas. Hochschild apresenta, em seu livro, uma série de papéis sociais (a supermãe, o superpai, o(a) bem-sucedido, o marido grato, a mulher que trabalha como camponesa urbanizadora etc.) associados a estratégias femininas cooperativas ou defensivas, como mudança de papéis, reduzir no trabalho, reduzir no trabalho doméstico (e suas extensões, como o casamento, o *self* ou os filhos), procurar ajuda, mas também a estratégias masculinas de cooperação ou de resistência (desafiliação, necessidade de redução, ofertas substitutivas e incentivos seletivos).

Hochschild aprimora, em obras subseqüentes (HOCHSCHILD, 2003; EHRENREICH, HOCHSCHILD, 2003), uma relação teórica que já se manifestava, de forma embrionária, na análise da construção de mitos de família e estratégias de gênero correlatas: a aproximação entre dois domínios simbólicos outrora dissociados, a família e o consumo. O reconhecimento da mulher na esfera pública do trabalho, tem como correlata a desvalorização do *self* de mulher-mãe e de sua posição no arranjo entre os sexos doméstico, ainda que suas funções e práticas simbólicas continuem valorizadas e indispensáveis. Tais atividades e práticas tornam-se mercadorias e passa-se a valorizá-las como serviços pelos estratos economicamente dominantes e como oportunidades de trabalho em níveis mais baixos da escala social. Evidencia-se uma contradição nesse novo tipo de troca simbólica, pois atividades como a de educar, cuidar, alimentar ou brincar com os filhos, originalmente separadas da insensível arena do mercado, são mais valorizadas à medida que se aproximam do que lhes é estranho como mercadorias, ou seja, de sentimentos e emoções. Assim, uma pletera de atividades outrora ligadas à esfera doméstica ganham autonomia e tornam-se objeto de aprimoramento técnico, diversificação e individualização: acompanhantes, cuidadores de idosos, assistentes pessoais, cuidadores de animais, animadores de festas etc.

O contexto em que a fronteira da mercadoria (*commodity frontier*) desequilibra os arranjos de sexo domésticos adquire contornos ainda mais difusos com as formas de trabalho atípico e a precarização no regime de acumulação flexível. Torna-se importante analisar as diferentes formas e identificar as agências ou o arranjo institucional responsável pela regulação das formas de trabalho remunerado e não remunerado, bem como dos arranjos de gênero e formas identitárias correspondentes: o Estado, as organizações e movimentos sociais, a renegociação, em nível interacional, de *selves*, papéis e valores sociais.

### **A temática da divisão social do trabalho e arranjos domésticos de gênero no Brasil**

A socióloga Neuma Aguiar organizou, em 1997, uma das primeiras coletâneas sobre questões de gênero relacionadas às ciências humanas no Brasil discutindo abertamente o ceticismo em relação à efetividade do feminismo no espaço institucional das universidades. Aguiar considera que, “enquanto as perspectivas feministas apontam para o sistema de privilégios políticos que se organizam pela dominação masculina, a

análise das relações entre sociedade civil e Estado apontam para os particularismos derivados da autoridade patriarcal.” A análise de Aguiar sobre o papel do feminismo na luta contra o patriarcalismo implica uma crítica com relação aos indicadores da participação da mulher na força de trabalho com base nos levantamentos do censo e da PNAD, nos quais é tomada como modelo a família nuclear ou a família ampliada, formada com a divisão do trabalho por gênero, isto é, com o homem representando o domicílio, sendo também, seu provedor, e a mulher como administradora do lar, e dependente dos rendimentos do marido para o sustento da família. Aguiar salienta, portanto, a necessidade de repensar a organização social do grupo doméstico, para que o trabalho doméstico, realizado principalmente pela mulher, não seja considerado puramente como uma atividade sem remuneração. A posição da mulher isoladamente só pode ser mensurada quando ela mora sozinha, ou com a família, mas sem marido ou parceiro fixo.

Desde os anos 1990, a PNAD, muitas vezes por pressão de movimentos sociais, passou a refletir, pela criação e reformulação de variáveis, uma revisão do conceito de trabalho, possibilitando mensuração mais adequada do trabalho não remunerado, sem remuneração e da produção para consumo próprio e da família, bem como a categoria de trabalhador doméstico. Contudo, somente a partir de 2001 foi criada uma variável relacionada ao tempo dispendido na realização de afazeres domésticos, acrescentando dados a uma questão criada em 1992 que discriminava quem havia se ocupado de afazeres domésticos no ano do levantamento. A partir dessa reformulação tornou-se possível a realização de trabalhos como o de Dedecca, identificando algumas desigualdades antes denunciadas, ainda que não sistematicamente, por feministas, como o prejuízo maior gerado pela extensão da jornada do tempo econômico à mulher, já que o tempo por elas dispendido na reprodução social em atividades de proximidade (cuidar de crianças e idosos, por exemplo), não tende a diminuir, apesar do avanço tecnológico no âmbito doméstico (Cf. 2004).

É oportuno constatar, numa simples tabulação empregando a PNAD 2008, a permanência do diferencial de gênero em relação a afazeres domésticos, já analisada, por exemplo, por Bruschini (2000, 2006, 2007). Entende-se por afazeres domésticos, na PNAD, a realização, no domicílio de residência, de tarefas como: arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, para si ou para outro(s) morador(es); orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; cuidar de filhos ou menores moradores; limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (Cf. Bruschini, 2006). A Tabela 1 refere-se à distribuição por sexo dos que tinham 10 anos ou mais de idade, estavam ocupados na semana de referência e responderam afirmativamente à questão sobre o cuidado com os afazeres domésticos, ou seja, pessoas que trabalhavam e enfrentavam o “segundo turno” em casa, homens ou mulheres:

Verifica-se que 63,2% dos trabalhadores ocupam-se de atividades domésticas em 2008 e que, dentre os que se ocupam, há uma ligeira predominância de mulheres (58% para 42% de homens). Porém, dentre os que não se ocupam, apenas 14% são mulheres, o que conduz a inferir que, mesmo quando o trabalho doméstico é terceirizado, com a contratação de mensalistas ou diaristas (já que a amostra selecionada exclui cônjuges que não trabalham), é pequeno o percentual das que deixam totalmente os afazeres domésticos, em relação a 86% de homens que o fazem. Além disso, a média de horas semanais trabalhadas pelas mulheres ocupadas no trabalho mercantil que cuidam de afazeres domésticos é 20,38 horas, enquanto a média dos homens é de apenas 9,1 horas. Esta não é uma situação destoante do que ocorre em nível internacional, em que a partilha do tempo doméstico entre homens e mulheres é

relativamente estável em diversos países: as mulheres se encarregam do tempo cuidando de afazeres domésticos de 60% a dois terços em relação aos homens (Cf. RIZAVI e SOFER, 2008).<sup>5</sup>

**TABELA 1**

**Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência \* Sexo - Tabulação cruzada**

			Sexo		Total
			Masculino	Feminino	
Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência	sim	Frequencia	23592746	32136551	55729297
		% relativa à linha	42.3%	57.7%	100.0%
		% relativa ao Total	26.8%	36.5%	63.2%
	não	Frequencia	27873645	4554465	32428110
		% relativa à linha	86.0%	14.0%	100.0%
		% relativa ao Total	31.6%	5.2%	36.8%
Total	Frequencia	51466391	36691016	88157407	
	% relativa à linha	58.4%	41.6%	100.0%	
	% relativa ao Total	58.4%	41.6%	100.0%	

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2008 – Construída pelos autores

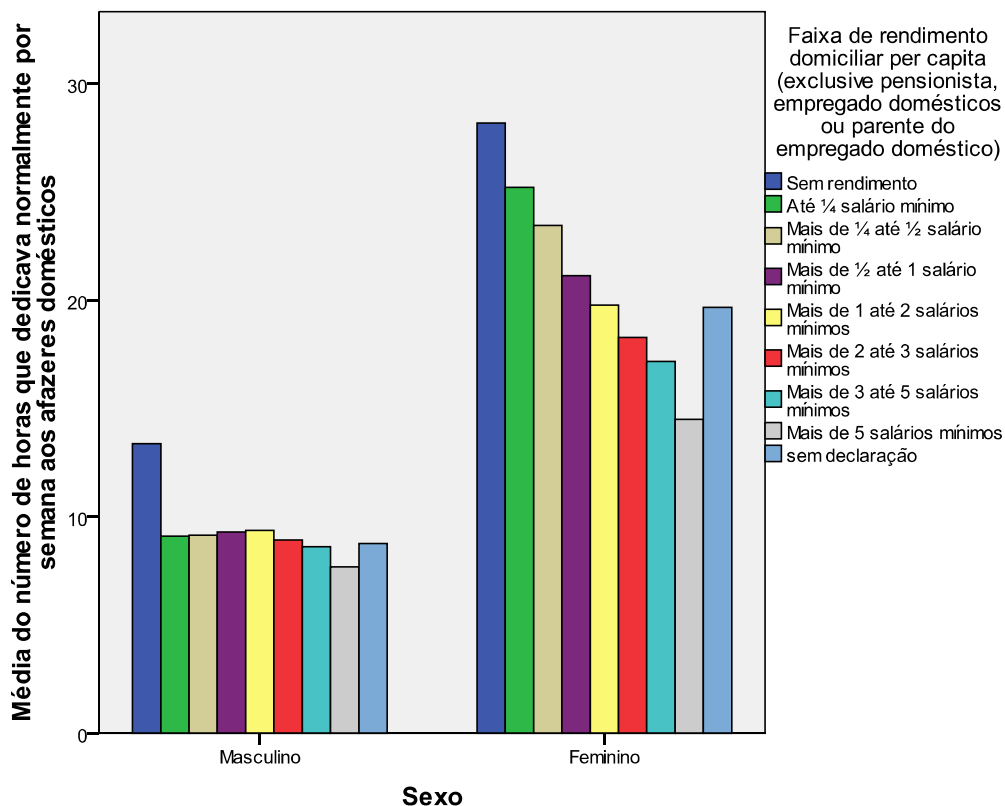
Em relação às variáveis que influenciam o tempo dedicado ao trabalho doméstico (doravante TD), a primeira é o número de filhos, que aumenta o ritmo e a intensidade das atividades domésticas, principalmente quando têm até dois anos de idade. A idade constitui outro fator que influi positivamente no tempo dedicado ao TD, para homens e mulheres. No entanto, embora os homens acima de 60 anos experimentem um aumento significativo do tempo de trabalho doméstico, sua participação relativamente ao trabalho da mulher não atinge sequer 50% (Cf. BRUSCHINI, RICOLDI, 2009). A escolaridade apresenta grande correlação inversa com o TD: quanto mais elevada, menos tempo se gasta com atividades domésticas. O rendimento também apresenta o mesmo comportamento, conforme ilustra o Gráfico 1, em que a faixa de rendimento domiciliar per capita (PNAD 2008) está associada ao TD e ao sexo. Por um lado, é evidente que um poder aquisitivo mais alto permite a aquisição de equipamentos que aliviam o TD, como máquinas de lavar, fornos de micro-ondas, mas também alimentos congelados e preparados para consumo, o que pode reduzir o TD, embora não necessariamente a diferença na partilha entre homens e mulheres. O fator mais significativo, talvez, relacionado aos rendimentos, seja a

<sup>5</sup> O resultado aqui obtido apenas pode ser comparado por analogia em relação ao que se obteve em pesquisas como a de Sayyid Rizavi e Catherine Sofer, em que se tratava de analisar o compartilhamento do tempo do trabalho doméstico por casais. Os critérios de amostragem e as variáveis trabalhadas na PNAD não permitiriam esse tipo de análise, mas possibilitam uma inferência indireta. Os estudos comparativos internacionais apontam que a partilha é muito desigual e desfavorável às mulheres em tarefas como limpeza e lavar roupas e aos homens em consertos, reparação ou manutenção de equipamentos domésticos ou do carro. Uma partilha mais igualitária ocorre apenas em tarefas como as de compras ou, em alguns casos, cozinha.



possibilidade de terceirizar o TD, contratando empregada doméstica. O gráfico ressalta, no entanto, uma notável discrepância entre homens e mulheres no que se refere a incorporar os efeitos de rendimentos mais elevados sobre o tempo de cuidado a afazeres domésticos. As mulheres são muito mais suscetíveis a esse fator, bem como à escolaridade, ainda que não tenhamos aqui representado esta correlação.

**GRÁFICO 1 – Média de horas no TD x faixa de rendimento domiciliar per capita**



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2008. Construção dos autores

O Gráfico 1 ilustra, para o caso dos ocupados sem rendimento, a situação originária de distribuição por gênero do TD no Brasil, independentemente do trabalho mercantil e, menos ainda, da entrada da mulher no trabalho. Revela o arranjo de gênero correspondente a situações de trabalho não remunerado, provavelmente em domicílio (e.g. confecções, limpeza e alimentação etc.), mas também do “exercício de tarefas em cultivo, pesca ou criação de animais, destinados à própria alimentação das pessoas moradoras no domicílio” (Dicionário de variáveis, PNAD 2008) num quadro de economia de subsistência. Nota-se que, nesse caso, a colaboração do homem é relativamente maior do que na média dos casos em que aumenta o rendimento *per capita* do domicílio com homens e mulheres trabalhando e sendo remunerados, ainda que não se possa afirmar isso no interior de cada domicílio ou para casais. Porém, reflete também como a carga horária no TD pela mulher é afetada pela contribuição de seu trabalho mercantil, seja pela aquisição de utensílios ou alimentos pré-fabricados, seja pela terceirização com recurso a “secretárias do lar”, mas em grau muito menor pelo arranjo entre sexos, em âmbito doméstico. Além disso, a permanência relativa da distribuição do TD que remete a um arranjo tradicional (mulher no trabalho reprodutivo

e homem no trabalho produtivo), independentemente de sua real correspondência com a distribuição de gênero no trabalho mercantil, conduz pesquisadoras como Bruschini (2006), ao analisar o uso do tempo no TD, segundo condição na família<sup>6</sup> e sexo, a salientar fatos que denunciam a reprodução da assimetria da distribuição do TD por gênero no interior da própria estrutura familiar: as filhas trabalham muito mais que os filhos em afazeres domésticos (quase o dobro) e cerca de 80% das filhas declaram cuidar de tal tipo de afazeres, em relação a apenas 38% dos filhos<sup>7</sup>.

### **O trabalho de contínuos e as representações de gênero para a entrada de jovens no mercado formal de trabalho.**

Iniciou-se, a partir de meados de 2007, uma pesquisa integrando um projeto mais amplo relacionado ao trabalho em serviços, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos sobre o Trabalho da UFG, O objetivo era analisar, a partir da perspectiva da Sociologia do Trabalho, os serviços de contínuos<sup>8</sup> em suas diferentes ocupações. Grande parte desses trabalhadores está entre os estratos de menor escolaridade, não havendo exigência dos contratantes por qualificação<sup>9</sup>, pois o trabalho realizado<sup>10</sup> é compreendido como de simples execução, apesar dos riscos e perigos presentes nas rotinas de vários deles como no caso de office-boys que trabalham no trânsito ou movimentam-se com valores monetários em filas de bancos.

Foram entrevistados ex-contínuos que trabalharam nas décadas de 1950, 1970, 1980, 1990, como office-boys ou como mensageiros, e contínuos hoje atuantes buscando identificar as modificações do mundo do trabalho que afetam as relações laborais, as novas condições de atuação no mercado e a própria natureza da ocupação. Refletem, sobretudo, as transformações que segundo Leite (2004) fazem parte do processo de reestruturação produtiva que se deu a partir dos anos 1980 e 1990, mas que ainda hoje modificam o cenário do mundo trabalhista como um todo e o setor de serviços em especial.

A partir da descrição de suas rotinas diárias somada a representações coletivas presentes nas mídias, na literatura e cinema pôde-se perceber no primeiro grupo pesquisado como alguns resquícios da estrutura sócio-cultural do Brasil escravista (PRADO JÚNIOR, 1987) ainda permaneciam ativamente influentes nos ambientes e

---

<sup>6</sup> A variável “condição na família” apresenta os seguintes valores na PNAD: pessoa de referência [chefe], cônjuge, filho, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico, parente do empregado doméstico.

<sup>7</sup> A medida aqui é baseada no PNAD 2002.

<sup>8</sup> A família ocupacional de “contínuos” está designada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) pelo código 4122 e compreende ocupações como chasquil, estafeta, office-boy, office-girl, mensageiro, mensageiro externo e interno.

<sup>9</sup> Segundo a descrição da atividade na CBO, “para exercer essa ocupação exige-se escolaridade de quarta a sétima série do ensino fundamental, podendo o trabalhador fazer cursos profissionalizantes básicos de até duzentas horas-aula”.

<sup>10</sup> Os contínuos, segundo descrição na CBO, “transportam correspondências, documentos, objetos e valores, dentro e fora das instituições, e efetuam serviços bancários e de correio, depositando ou apanhando o material e entregando-o aos destinatários; auxiliam na secretaria e nos serviços de copa; operam equipamentos de escritório; transmitem mensagens orais e escritas”. Ainda que os contínuos trabalhem, em geral, sob supervisão permanente em horários diurnos, algumas das atividades podem ser exercidas sob pressão. A maior parte é constituída por trabalhadores jovens, ainda que se verifique, principalmente em razão de políticas de trabalho voltadas à inclusão de idosos, a ocorrência crescente de aposentados ou trabalhadores de idade mais avançada exercendo essa função.

relações de trabalho em que a interação presencial entre empregado e empregador, chefe e subordinado, ocorria com frequência. As tarefas que compunham os serviços de contínuos eram bastante diversificadas e iam desde atividades como fazer e servir o café, fazer serviços de limpeza do ambiente, até o pagamento de taxas administrativas em locais externos como bancos, agências de correio etc. Entretanto, na maioria dos entrevistados, as tarefas exigidas pelos “patrões” ou “chefes” extrapolavam os ambientes de trabalho. Suas obrigações esticavam ao contorno privado do empregador que se utilizava da mão-de-obra “servil” de seu contínuo onde a necessidade lhe aparecesse, no trabalho, na rua ou na casa. Algumas narrativas, se não todas, trazem relatos de como em sua rotina de trabalho diário era presente essa realidade mesclada de pessoalidade e impessoalidade. Esse cenário pode-se perceber, por exemplo, na narração de Paulo, atual gerente de agência bancária que atuou na ocupação na década de 1970:

Naquela época nós fazíamos tudo. Então, lá no Beg [Banco do Estado de Goiás], se concentravam todos os contínuos, eram por volta de 20 a 30, não lembro... Eu trabalhava no setor de correspondência que atendia o prédio. No final de semana você atendia o chefe, né? Ia pra casa dele pra capinar quintal, limpar quintal, porque se não fosse era demitido. Primeiramente, a gente fazia a correspondência do prédio e entregava na casa do cliente. (Paulo)

Pode-se perceber o mesmo tipo de aproximação entre os dois âmbitos (pessoal/impessoal) a partir da narrativa de Heitor, “badeco”<sup>11</sup> que trabalha atualmente em uma farmácia de manipulação. Ele descreve atitudes e comportamentos “servis” mesmo quando empresas e órgãos públicos atuais busquem diminuir a relação direta entre funcionário e empregador através de inúmeras estratégias de terceirização. Portanto, diferencia-se da realidade de alguns de seus contemporâneos que, como menores aprendizes, estão inseridos, por exemplo, em fundações que teoricamente associam trabalho, aprendizagem e formação profissional para o mercado de trabalho.

Praticamente, eu faço tudo aqui. Faço tudo. Se for pra lavar, eu lavo. Se for pra cozinhar, eu cozinho. O que eles pedirem eu tenho que fazer. Eu acredito que no meu caso aqui não posso ter hora pra sair, não. Tenho hora pra chegar, mas hora pra sair, não. . Nas campanhas de vacina, outro exemplo, se estiver precisando de um mascote, “você topa vestir de Zé gotinha pra fazer propaganda da campanha”, “topo”. Sou o famoso “badeco”. Mas assim o que me pedirem eu faço. Vou no banco, serviço de rua, fazer algum serviço da empresa, fazer serviço particular, enquanto eu tiver naquele horário da empresa, enquanto eu tiver trabalhando, não importa o serviço que vai vir. Eu tenho que fazer. . Esse já é meu estilo e se for uma ordem... Eu não tenho preconceito, meu estilo é meio palhaço. Se eu fosse muito tímido, eu não dava conta de fazer, não. Mas como eu tenho uma liberdade muito grande com o meu patrão e com os funcionários, eu encaro qualquer coisa. (Heitor)

A ausência de contínuos do sexo feminino no primeiro grupo pode ser explicada como resultante de uma construção social que torna as diferenças biológicas elementos decisivos de estruturas sociais como a divisão do trabalho. Tais características passam a ser relacionadas ao que é atributo do homem (*manhood*) ou da mulher (*womanhood*) (HOCHSCHILD, 1989) e irão nortear os comportamentos dos trabalhadores e

---

<sup>11</sup> O informante empregava o termo “badeco” em relação a si próprio. A palavra, provavelmente originada do termo “badameco”, usado em Portugal, remete à pessoa que faz tudo que os outros mandam, ao empregado “pau-mandado”, e geralmente é aplicado ao assistente geral que realiza todo tipo de tarefa, inclusive os piores serviços, que ninguém está disposto a fazer.

trabalhadoras, tanto nos ambientes privados, como em relações familiares quanto na esfera pública, como no mercado de trabalho. De acordo com Goffman (1977) as sociedades estruturam “classes de sexo” que serão base para a cristalização de gêneros e formam, em cada sociedade, ideais de feminilidade e masculinidade.

Os *boys* que se arriscavam pela cidade foram orientados (pela sociedade, pela família, mas também por si próprios) a entrar precocemente ao mercado de trabalho, justificados por crenças que conferem aos meninos atributos como a coragem, a resistência, a capacidade de enfrentar riscos e, portanto, de se adaptarem melhor à vida no ambiente externo. Matias, por exemplo, faz sua apresentação do *self*, num ritmo de velocidade e perigo, assim como Gabriel, José e outros entrevistados:

Me tornei muito bom na área de office-boy. Como era de bicicleta, eu fazia a corrida rápido. Eu “colocava pra moer”, mesmo. Depois eu ia assistindo um filminho, uma televisãozinha na rodoviária porque eu fazia o serviço muito rápido aí eu ficava livre [...]. Então, aquele serviço que eles me passavam eu olhava pra saber o que eu tinha que fazer e colocava tudo um em seguida do outro, certinho, pra fazer a correria. Tipo assim: “esse aqui eu vou fazer no centro e do centro eu já vou correndo. Aí, eu termino aqui e já vou embora”. Ia no centro, fazia o serviço do centro, ia na receita, fazia o serviço da receita e “escambava” pro setor oeste, saía em campinas, fazia o serviço de banco, chegava no escritório e eles ainda me passavam mais serviço de banco. Eu fazia a “correria”, pagava ou depositava. O que eles me passavam eu fazia. Corria, fazia o serviço e ia embora. (Matias)

As mulheres, por outro lado, são citadas pelos entrevistados sempre ligadas a ambientes privados, pois elas são naturalizadas como frágeis, desprotegidas, mais hábeis com serviços de organização interna. Na narrativa de Matias, elas também são localizadas em trabalhos remunerados, porém como secretárias e datilógrafas, isentas dos perigos da “rua”. Mais ainda, para ele, são destituídas de capacidades físicas apropriadas para a atividade.

Tinham muitas [office-girls] lá dentro fazendo serviços de uma seção pra outra, entregando documentos. Esse serviço que eu fazia mesmo, só que eu fazia interno. Agora, externo, era raro você topa com mulher fazendo esse tipo de serviço. Eu acho que é por ser muito puxado. Na época, moto, aqui em Goiânia, não tinha essa força igual tá tendo hoje. Usava-se mais bicicleta. Então, mulher pedalar era mais puxado. Ela não tem aquela força igual a que o homem tem. Ele tem mais... como se diz? Eu topava muito boy pegando rabeira pra fazer muito serviço pra adiantar mais. Então, o patrão não sabia mas os “boys” faziam pra adiantar o serviço deles, pra fazerem as correrias deles. O que acontece? Eles não iam colocar uma mulher pedalando no meio do trânsito. Porque mulher pra pedalar é uma negação. Porque o homem, em si, já tem esse jogo de cintura. Então, eu acho que é por isso que eles não colocavam [mulheres pra serviço de rua]. (Matias)

A presença das mulheres na ocupação dá-se, atualmente, em novas e distintas configurações a partir de uma reconfiguração das políticas de formação e incorporação de jovens no mercado de trabalho, por sua vez relacionada a mudanças no regime de acumulação e à reestruturação dos serviços bancários. Pode-se encontrá-las inseridas em iniciativas de várias fundações sem fins lucrativos, como, no contexto da Região Metropolitana de Goiânia, a Pró-Cerrado e o Cesam (Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador) que propõem treiná-las, assim como os garotos, para o mercado de trabalho. Também foram encontradas, de modo mais tímido, em novas ocupações como

a do motofrete<sup>12</sup> que concorrem com veículos e motos no trânsito urbano a fim de prestarem serviços de entregas. Tanto as menores aprendizes como as motofretistas, entretanto, estão submersas em um substrato comum de transição das configurações do mundo de trabalho que pressiona o trabalhador a uma realidade instável e legalmente desprotegida.

Comparando a situação de trabalho dos antigos contínuos com a de estagiários e trabalhadores temporários, que parece substituir, em termos de regime de contratação, o antigo nicho ocupacional, ressalta uma diferença identitária que tende a uma desvalorização da autoestima. Ainda que destinado a ocupantes jovens e de baixa qualificação, o vínculo como contínuo ou office-boy era empregatício, não um contrato de serviços temporários e muito menos um tipo de subcontratação de serviços *ad hoc*, como no caso de motofretistas ou motoboys locados em pequenas ou microempresas cujos serviços são contratados por órgãos públicos, por exemplo. Tolerava-se a indefinição ocupacional, o caráter servil e a indistinção entre público e privado já que se vislumbrava uma incorporação, atingindo a condição da maioridade e a elevação do nível de escolaridade, ao quadro de carreira da empresa, como promoção natural decorrente da fidelidade, da confiança e dos bons serviços prestados. O tipo de relação quase familiar entre o chefe e seu contínuo foi substituído por impessoalidade e distanciamento de locadores e prestadores de serviços temporários. No entanto, tais serviços, ainda que vistos sob a ótica da capacitação e formação, considerados como períodos de “estágio”, não ostentam o caráter técnico e as formas identitárias mais elevadas, como ocorre em programas de estágio ou *trainees* oferecidos por grandes empresas a estudantes de nível superior. Assim, é razoável considerar um salto identitário qualitativo, no que se refere às políticas de incorporação igualitária de jovens de ambos os sexos, em relação à tradicional valorização do perfil masculino como mais apto para enfrentar o mundo do trabalho, o que relegava as jovens de baixa renda à inevitável reprodução do arranjo doméstico tradicional entre sexos. No entanto, as novas políticas de seleção e contratação, orientadas pela associação entre aprendizado, treinamento, responsabilidade empresarial, intermediação de fundações, remetem ao trabalho temporário, à terceirização, à subcontratação, à valorização do trabalho temporário, desmotivado e inefetivo, que caracteriza também as formas atípicas e configura uma precarização nas relações de trabalho.

Em relação às menores, percebe-se uma transformação positiva de simetria de tarefas em relação aos garotos contratados. Ana narra que não há diferença entre o seu “serviço” e o de seus colegas de ocupação. São submetidos às mesmas políticas de trabalho, às mesmas formas de contratação [por um ano, podendo renovar até se atingir 18 anos], à mesma remuneração (meio salário) e ao mesmo tempo de trabalho diário (4 horas) e possuem as mesmas oportunidades de treinamento técnico oferecido pelo centro profissionalizante da fundação.

Por outro lado, quando se indaga sobre a diferença de tarefas entre estagiários e estagiárias percebe-se que, nos bastidores das relações de trabalho, a “fragilidade” aparece como atributo “próprio” da mulher em algumas atividades específicas, o que conduz a endossar o arranjo tradicional pelo gênero:

A mesma coisa. Mesmo porque tem um curso que a gente faz que eles ensinam lá e sempre é a mesma coisa que a gente faz... Tem jovem que trabalha na Imprensa que faz coisa diferente, filma... Mas nos gabinetes é a

---

<sup>12</sup> Ocupação em processo de reconhecimento pela CBO que atuam prestando serviço de entrega aos clientes de vários tipos de empresas e instituições públicas.

mesma coisa [...] Geralmente, cai mais menino. Eu acho que é porque lá precisa de correr, pegar peso, né? Às vezes, é por isso. Mas eu não sei. (Ana)

No ambiente privado, o arranjo doméstico vivenciado por Ana é construído claramente por assimetria de gênero pois, ao descrever como ocorre a organização dos afazeres domésticos, quando moravam em um mesmo imóvel os pais, ela e o irmão [hoje ela mora somente com a mãe], havia uma empregada doméstica responsável pelo trabalho mais pesado e em sua ausência, as mulheres da casa que o realizavam. Atualmente, sua mãe não se utiliza dos “serviços terceirizados” de cuidado da casa e as tarefas domésticas são divididas entre mãe e filha.

Eu e meu irmão já moramos juntos. [o irmão, quanto a cuidar das tarefas de casa]Tinha nada! Ele me batia. E ele só dormia. Também ele estudava muito. Acabava pra mim.[...] quando meu irmão morava, minha mãe tinha uma moça que arrumava as coisas pra gente. Ela ficava o dia inteiro lá (Ana).

As motofretistas entrevistadas, apesar de se organizarem em cooperativas e, por isso, conseguirem alguns benefícios como seguro de vida e promoções para aquisição de seus veículos, também se encontram em situação precária e instável, pela forma de contratação a qual se submetem e as difíceis condições de trabalho e risco no trânsito urbano de Goiânia. Segundo Marta, não há distinção de atividades entre ela e seus companheiros de cooperativa já que devem ostentar as mesmas aptidões. As que se negam a realizar tarefas que a sociedade construiu como masculinas (como as que necessitam de força física) são apontadas pela entrevistada como “mulherzinhas”:

Se tiver que carregar motor de carro, a gente carrega. Tem mulher que é assim mais “fresquinha” e que não carrega nada. Mas não tem tempo ruim comigo, não. É “na hora”. Meu nome é “tô pronta”[...] Eu não tô nem aí pra paçoca. [risos]. Mas, muitas vezes, os contratantes em si, quando eles vêm que a gente tá carregando uma coisa muito pesada, igual hoje de manhã que eu carreguei muito peso no meu serviço, o meu chefe falou “não, Daiana, é muito pesado, vamo carregar de dois”. Aí, eu falei “não, moço, não esquenta não”. A maioria das pessoas, você sabe que é, vê a mulher como um símbolo de delicadeza e não tem isso. Pra maioria, não existe isso mais, não. (Marta)

Mas, por outro lado, Marta declara que “não é qualquer mulher que aguenta essa pressão de motoqueira, tem que ter força de vontade, tem que querer crescer”. Portanto, acaba reafirmando a divisão que admitira excluir. A partir de sua narrativa, a mulher consegue realizar as tarefas diárias das motociclistas desde que também incorporem os atributos de masculinidade.

Diante das tarefas domésticas, a entrevistada continua na tentativa de apresentar-se como livre de “ideologias naturalistas” (HIRATA, 2007, p. 5). Segundo sua narrativa, ela sempre estabelece uma política de “igualdade” de obrigações com todas as pessoas com quem divide moradia. Solteira, 34 anos, já dividiu as tarefas com amigos, amigas e com a mãe. Em todas as situações, enfatiza que todos são responsáveis por toda a casa e a terceirização do trabalho doméstico é citada como alternativa para a falta de tempo e para a sobrecarga de tarefas de um dos moradores da casa.

Cada um tinha que arrumar, pelo amor de deus. Não tem essa não. Cada um tinha sua tarefa. Um final de semana era de um, outro era de outro, outro final de semana era de outro. Quando não tinha tempo pra fazer, pagava alguém pra fazer porque eu não ia fazer. Nesse aspecto eu sou rígida!! (Marta)

Também Lia, que mora com sua namorada, confirma que não há divisões de tarefas de modo desvantajoso entre elas. Porém, ao lembrar sua infância, relata um cenário oposto em que a mãe era responsável por todo o cuidado doméstico, dispensando ajuda do marido e dos filhos ao julgá-los incapazes de realizar com a mesma perfeição os serviços como a limpeza da casa:

Minha mãe mora com o marido dela. Eu moro com a minha namorada. Assim, sempre que a gente chega do serviço, a gente procura fazer junto. O dia que uma não está, a outra faz. Não tem uma divisão assim, não, tipo assim “você faz isso e eu isso”[...]Meu pai era fazendeiro, então ela morava praticamente na fazenda, e a minha mãe é que fazia as coisas. Era minha mãe, mesmo. Primeiro que a minha mãe não deixava, né? Ela é daquelas “limpeza total”, que vê uma sujeirinha aqui e já vai limpando. Então, o serviço dela tem que ser do jeito dela. Então, ela nem deixava a gente fazer. (Lia)

De modo muito distinto, a divisão de obrigações no ambiente familiar de André, contador aposentado que atuou no Detran-GO como contínuo na década de 1950, ilustra o arranjo tradicional do homem como “arrimo de família” e da mulher como cuidadora das tarefas domésticas. Com muita tranquilidade, diz que “a função do homem é do homem, ele que assume toda a parte administrativa de tudo”, mas também “deixa sua mulher muito à vontade pra cuidar da casa como ela quiser”. Sua função não é a de realizar tarefas domésticas, o que compete à sua mulher, que dispensa a empregada, mesmo tendo condições, porque, segundo o marido André, “gosta tudo muito bem feito”. Por isso, mesmo aposentado, continua trabalhando no escritório, pois não concebe o trabalho doméstico como uma atividade equivalente à sua profissão, mas sim como uma obrigação “naturalmente” feminina. Nesse sentido, Lewis (2003), em análise da situação de mulheres que equilibram trabalho remunerado e trabalho não remunerado (tarefas domésticas) na Grã-Bretanha, afirma que as desigualdades entre os sexos diante desses contextos podem ser percebidas nas discriminações profissionais, mas também na repartição desigual de tarefas domésticas, bem como nas escolhas das próprias mulheres.

José, 37 anos, graduado em Administração atualmente é gerente do setor financeiro de uma empresa de Engenharia e Saneamento de Goiânia, em que está empregado há quinze anos. Iniciou sua carreira como contínuo e em seu discurso apresenta uma “identidade de empresa”(DUBAR, 2005, p. 290), com base na qual estabelece metas de ascensão e normas de comportamento diante da realização de seu trabalho. Ao considerar os afazeres domésticos, incorpora a distinção entre “trabalho feminino” e “trabalho masculino”, já que alega fazer poucas tarefas domésticas (às vezes lava a varanda) em relação à sua esposa, que se responsabiliza com quase todo o “serviço” de casa. Paulo, atual gerente de agência bancária, de forma semelhante a José, constrói uma carreira a partir de sua aproximação com os princípios da instituição que o empregou. Inicialmente como contínuo do banco (final da década de 1970) sujeitou-se, como ele afirma em sua narrativa, a “serviços” diversos encarando-os como etapa necessária para a concretização de posições de melhor reconhecimento no banco. Em relação à divisão das tarefas domésticas, ficam por responsabilidade de uma “secretária”, já que, tanto ele quanto a esposa, ocupam vínculos empregatícios de tempo integral. A terceirização surge como alternativa para uma realidade em que a carreira profissional é elemento de grande importância do arranjo familiar. Segundo o entrevistado, nos finais de semana, quando é ausente o serviço terceirizado da empregada doméstica, todos participam da divisão das tarefas, ele, a esposa e os dois filhos. Diferente de sua infância em que seu pai “raramente ajudava em casa”, mesmo

que sua mãe também atuasse em “bicos” como copeira, empregada doméstica entre outros, segundo Paulo, atualmente existe uma simetria entre os membros de sua família em relação ao cumprimento dessas tarefas.

Algumas pesquisas recentes, realizadas no Brasil em diferentes áreas, como Psicologia Social (MARTINS, 2006; SANTOS, 2008), Economia Doméstica (PINHEIRO, 2009), Ciências Sociais (PERTICARRARI, 2007), remetem à temática dos arranjos domésticos de gênero no contexto pós-fordista, com enfoque predominantemente qualitativo. Alguns dos resultados são bastante relevantes ao caso de políticas de trabalho e de representações concernentes a ocupações de inserção de jovens no mercado de trabalho. Zuleika Pinheiro, por exemplo (2009), analisa a ênfase recente, não necessariamente de origem científica, na conciliação entre homens e mulheres em relação ao TD e a questões de domesticidade; o cenário de uma atitude conciliatória e menos assimétrica estaria mais próximo. A mudança não pode ser localizada numa reversão da perspectiva, com os homens *se* considerando *donos de casa*, mas em posturas mais coerentes com uma nova identidade de gênero em construção, na qual se percebe a importância das atividades domésticas, como “coisa de homens e mulheres” e se passa a desempenhá-las “com naturalidade”. No entanto, são ainda poucos os homens que assim pensam, pois é forte o peso da cultura da construção de identidades de gênero e de suas estratégias correlatas. Também as mulheres, apesar de estarem em melhores condições para a realização pessoal e profissional, não se encontram, por outro lado, em melhor perspectiva para se reconhecerem como realizadas pelo seu esforço próprio, embora sem deixarem de sê-lo por sua competência “natural” como mães; afinal, é difícil renunciar à socialização primária, que ainda enfatiza a distinção e a assimetria de gênero relacionada ao trabalho mercantil ou doméstico. Já há resultados que apontam maior ênfase dos homens em relação à paternidade e ao cuidado com seus filhos, como novas estratégias de gênero em arranjos domésticos (ARAÚJO, SCALON, 2005; SORJ, 2004). No entanto, as novas políticas para a família, a diminuição da seletividade de gênero no mercado de trabalho, a feminização e ascensão de mulheres no campo da expertise e da profissionalização e até a progressiva, embora ainda tímida, participação do homem nos afazeres domésticos não impediu a “diferença estrutural na articulação entre a vida profissional e a vida conjugal e familiar” (MARTINS, 2006, p. 292). Se, para os homens, o arranjo de gênero concilia naturalmente vida no trabalho fora de casa e vida no lar sob, no mínimo, a administração da “patroa”, para a mulher o sucesso profissional implica necessariamente estratégias de conciliação e partilha simbólica e material. No caso de ocupações culturalmente originalmente direcionadas por gênero, como os contínuos ou office-boys, abertas originalmente para a iniciação masculina no mercado de trabalho, o arranjo doméstico se reproduz e adquire novas nuances, pois a própria socialização primária produz as representações do que meninos e meninas, depois jovens, devem fazer para afirmar sua condição de homens e mulheres, em formação.

### **Os decasségus: arranjos domésticos e a construção de identidades**

Recorremos a uma pesquisa sociológica sobre o trabalho de decasségus, em andamento, para focar sobretudo questões de identidade social relacionadas a modificações no arranjo doméstico entre sexos. Segundo Carvalho (2003), o termo decasségui foi utilizado no Japão para se referir os trabalhadores japoneses que deixavam suas áreas nativas temporariamente para trabalhar em outros locais e, posteriormente retornar as suas áreas de origem. A partir dos anos de 1980 o termo passou a ser empregado no Brasil para denominar os *nikkeis* (japoneses ou descendentes



de japonês no exterior) que passaram a ir ao Japão para trabalhar, fazendo o caminho inverso de seus pais e avós. Mais tarde o termo passou a ser usado também para denominar os cônjuges dos descendentes que os acompanhavam ao Japão.

Kawamura (1999) mostra que a recente migração para o Japão pode estar relacionada a uma série de fatores econômicos, tecnológicos, sociais, culturais e políticos existentes tanto no Brasil como no Japão, assim como às redes de comunicação e de relações sociais e culturais que foram constituídas historicamente. A queda no desempenho econômico e no poder aquisitivo, a alta taxa inflacionária, o aumento do desemprego, a concentração de renda e, em conseqüência, a deterioração das condições de vida de grande parte da população – inclusive de camadas intermediárias da sociedade –, além da emergência dos movimentos sociais, apontavam perspectivas de vida muito difíceis para a maioria da população brasileira em meados dos anos 1980 (Cf. KAWAMURA, 1999, p. 81). A frustração devido à quebra dos anseios em relação as promessas políticas dos governos fez com que segmentos da população, especificamente da classe média, partissem para o exterior. Os brasileiros buscavam diversas saídas para sobreviver e uma das opções era trabalhar no exterior, com expectativas de melhores rendimentos melhores condições de vida nos países desenvolvidos.

A busca de estrangeiros feita por empresários como solução imediata e temporária para a falta de mão-de-obra japonesa coincidiu com a existência de uma grande quantidade de brasileiros que possuíam os requisitos exigidos para irem trabalhar no Japão<sup>13</sup>. Para os descendentes de japoneses, essa oportunidade estava ligada simbolicamente também à possibilidade de “retorno” às suas raízes e o desenvolvimento do conhecimento da língua assim como aspectos da atual cultura japonesa.

Os primeiros contatos para recrutar trabalhadores brasileiros foram feitos por *nikkeis* (preponderantemente isseis e nisseis) pioneiros, que emigraram voluntariamente para o Japão a partir de meados da década de 1980, aproveitando relações familiares e sociais, que facilitavam a obtenção de passaporte ou visto japonês. Por também possuírem, em geral, um conhecimento razoável da língua nipônica, puderam ser empregados diretamente pelas grandes fábricas. Os decasséguis trabalhavam também em fábricas menores, que forneciam os insumos às grandes montadoras, geralmente substituindo operários japoneses que vinham do campo, contratados em regime temporário (Cf. COSTA, 2007). O trabalhador brasileiro adequava-se ao recurso, cada vez mais necessário pelas empresas, de privilegiar o trabalhador contratado por tempo determinado, que não se vinculava ao sistema de emprego perpétuo e que pode ser facilmente dispensado ou recontratado dependendo da conjuntura econômica. Integrando um contingente que amortecia as oscilações da indústria japonesa, o decasségui era também adaptável e tolerava o trabalho pesado nas linhas de montagem, o que garantiu sua presença no mercado de trabalho a despeito do surto de desemprego que acometeu o Japão nos anos 1990.

Os decasséguis costumam ir ao Japão mais de uma vez, retornando ao Brasil e voltando como decasséguis, quase ciclicamente, o que se pode considerar como uma migração circular, movida por um tipo de motivação decasségui de acumular alguma poupança no Japão para refazer a vida no Brasil. João Pedro Costa, com base em *survey* aplicado a uma amostra de decasséguis encontrou que “mais de 50% dos que já regressaram ao Brasil o fizeram apenas uma ou duas vezes e tendem a ficar mais tempo no Japão entre cada mudança. Os que mais trafegam na chamada “ponte aérea” entre os

---

13 Os requisitos solicitados praticamente já davam uma idéia de que se procurava mão-de-obra de baixa qualificação, pois se resumiam a possuir ascendência japonesa até a terceira geração e, no caso de levarem cônjuges, que estivessem numa faixa etária produtiva.

dois países podem ser aqueles com dificuldades não só de problemas econômicos, mas também, possivelmente, de uma incapacidade de resolver questões de auto-definição de identidade: brasileiro no Japão ou japonês no Brasil?” (COSTA, 2009, p. 76-7).

Embora o sentimento de pertencer a um tipo de comunidade, ou de uma herança cultural compartilhada possa ter motivado alguns decasségus, a motivação principal é o *arubaito*, o bico, o trabalho temporário no Japão, que vai trazer melhorias quando se retornar ao Brasil. Entretanto, as características da formação social e de valores culturais japoneses transmitidos nas gerações de isseis, nisseis e sanseis conferem uma especificidade a esse tipo de migração laboral, em comparação, por exemplo, com a de brasileiros saindo para trabalhar nos Estados Unidos. Okamoto (2007), que pesquisou quatro famílias de decasségus nas quais os avós permanecem no Brasil com a responsabilidade da educação dos netos, tentou compreender a estrutura e o padrão de funcionamento familiar apresentado por tais famílias, que possuem um modelo baseado na cultura japonesa. Enfatizou a importância das crenças, dos padrões afetivos, da lealdade, da autoridade e do delineamento de fronteiras familiares para o enfrentamento da situação de separação do grupo como consequência da emigração laboral. A autora identificou na crença da prosperidade familiar através do trabalho um ponto comum nas histórias de vida das quatro famílias, desde suas vindas como imigrantes para o Brasil, nas primeiras décadas do século XX, até a geração dos decasségus no final do século XX, que emigraram para o Japão com um objetivo semelhante ao da geração anterior, ou seja, a busca pelo enriquecimento rápido e pela prosperidade familiar.

Uma das principais características do movimento decasségui são as idas e vindas em relação ao Japão. Segundo Sasaki (1999) o decasségui se sente excluído, ou marginalizado, em território japonês e por isso a possibilidade de retorno ao seu lar está sempre latente. Ao se perceberem no Japão como nada mais que um migrante estrangeiro, os brasileiros passam a ter “um lugar (pelo menos no imaginário) no seu *homeland* chamado Brasil” (SASAKI, 1999, p. 6). Por isso, a partir do momento em que os decasségus criam consciência da posição que ocupam dentro da sociedade japonesa, vão resgatando o sentimento de pertencimento em relação ao Brasil. A estadia no Japão, quase sempre é entendida como temporária, tanto pelos japoneses como pelos próprios decasségus. Porém, quando estes retornam, “o Brasil não está exatamente como haviam imaginado enquanto suavam no Japão. É como se tivessem congelado a imagem do Brasil na hora de partir para o Japão e depois a idealizassem e a mitificassem.” (SASAKI, 1999, p. 7).

Schutz (1945) estabelece uma diferença entre as atitudes do indivíduo que retorna ao seu lar e a do estrangeiro, pois, esse último está prestes a ingressar num grupo que não é e nunca foi seu. Ele sabe que vai encontrar um mundo desconhecido, organizado de maneira diferente do seu grupo de origem, cheio de armadilhas e difícil de dominar. Já o que retorna ao lar “espera voltar ao ambiente o qual ele sempre teve e por isso ele acha que ainda tem um conhecimento profundo e que basta pressupor para se orientar dentro dele.” (SCHUTZ, 1945, p. 369).

Segundo Schutz (1945), quando esse indivíduo retorna, embora não observe mudanças substanciais na vida do endogrupo ou até mesmo nas suas relações com ele, o lar a que ele retorna não é de forma alguma o lar que ele deixou ou o lar que ele recordava e que ansiava durante sua ausência. E, pela mesma razão, ele também já não é o mesmo, ele não é nem o mesmo para si próprio, nem para aqueles que aguardam o seu retorno:

Ele internalizou, por assim dizer, em outra dimensão social não abrangida pelo sistema de coordenadas que é usado como sistema de referência para a vida em casa [...] Sua saída de casa substituiu essas experiências vívidas por

memórias, e estas memórias preservam apenas o que significava a vida no lar até o momento que ele a deixa. O contínuo desenvolvimento chega a um ponto de pausa. O que tem sido até agora uma série de constelações únicas, formadas por pessoas, relações e grupos, recebe o caráter de meros tipos; e esta tipificação implica inevitavelmente uma deformação na estrutura subjacente de relevância. Até certo ponto o mesmo vale para quem deixou seu lar. Ao cortar a comunidade de espaço e tempo, por exemplo, se restringe o campo onde se manifestam e se abrem a interpretação das expressões do outro. A personalidade do outro não está mais acessível como uma unidade, isso foi dividido em pedaços.” (SCHUTZ, 1945, p. 372).

No caso dos decasséguis a experiência migratória faz com que, quando retornem ao Brasil, tragam novos valores, que vão contrastar com os valores que até então eram familiares. Pode-se notar isso em diversos relatos de decasséguis, como o de Renato que, ao retornar ao Brasil junto com sua esposa, aplicou o dinheiro que juntaram no Japão na abertura de uma lanchonete:

Tem muita coisa que aprendi lá no Japão e hoje uso aqui. Qualidade, pontualidade, horários, compromisso, por exemplo, aquilo que você fala é aquilo que você tem que cumprir sabe, eu herdei tudo isso de lá, principalmente a gente que trabalha com pessoas né, o que eu percebi isso lá no Japão que os caras falavam “olha daqui uma hora você volta que o serviço tá pronto” então, aqui no Brasil não você fala assim “volta amanhã” aí você volta amanhã o cara “ah não deu tempo volta amanhã” e vai te empurrando né, eu falo aqui com os meninos aqui chega um pessoal e faz um pedido “quanto tempo vai ficar pronto?” “ah dez minutos” então é dez minutos, não é onze, não é doze, pode ser nove não pode ser onze então, assim esse compromisso, essa fidelidade de cumprir a sua palavra né, de ter responsabilidade com aquilo que você diz, isso aí eu puxei mesmo sabe, esse compromisso com a qualidade, essa fidelidade com as pessoas que você trata isso é algo que eu trouxe de lá. (Renato).

O que fica evidente também é a dificuldade que os decasséguis têm ao retornar em relação às interações pessoais que são bastante comuns nas ocupações do setor de serviços, depois de passar um longo tempo no Japão trabalhando num tipo de produção onde se têm uma impessoalidade e uma racionalidade de atividades muito grande. Isso fica claro na fala de Najla, que ao retornar ao Brasil abriu uma panificadora:

Prefiro trabalhar lá no Japão do que aqui...aqui você trabalha, você tem que correr atrás, tem que ficar de olho em funcionário, desperdício, esse tipo de coisa, que é coisa que você vê que funcionário não tá nem aí pra nada então assim, eu prefiro lá do que aqui. (Najla).

Segundo Hochschild (2003) existem conflitos entre o discurso tradicional, onde a mulher assume a jornada da casa e da profissão e o discurso igualitário, onde os cônjuges partilham as tarefas. As mudanças no âmbito público e no mundo do trabalho repercutem na esfera privada e na vida íntima, gerando um grande desconforto no relacionamento dos casais. No caso dos decasséguis, a adaptação do casal no retorno é difícil, pois sempre há dificuldades em relação à recolocação no mercado de trabalho com o mesmo nível salarial que tinham no Japão. Dessa forma, a esperança volta-se para a abertura de pequenos negócios, de base familiar, no Brasil, com base no capital acumulado no período de decasségui. Porém, torna-se difícil conciliar a divisão sexual do trabalho em nível domiciliar, levando em conta as atividades domésticas e as novas atividades ocupacionais do empreendimento iniciado:

Esse ramo de atividade que a gente escolheu aqui não é um ramo fácil, ele influencia desde o relacionamento com o seu filho até com o seu marido. No Japão você trabalha muito, mas quando está em casa com o seu marido, você está lá com o seu marido. Não adianta eu subir pra descansar, aí batem na porta: “desce, que tem que resolver isso aqui e isso aqui”. Assim, você nunca tem um tempo pra descansar. Lá pelo menos se você trabalhar muito no final do mês tem muito dinheiro na sua conta, se você trabalhar pouco tem pouco dinheiro, mas com o pouco que tem você vive bem. (Najla).

Para Hochschild (2003) o trabalho emocional realizado principalmente pela mulher para lidar com a dupla jornada passa a ser um problema para esses casais, e realmente podemos constatar isso em relação ao arranjo entre os sexos no caso dos decasséguis, já que o mesmo problema – conciliar a vida doméstica e as atividades ocupacionais – não aparece em nenhum momento na fala do marido de Najla:

A gente optou por morar de aluguel e comprar um negócio e hoje a gente mora em cima do negócio, paga aluguel de um só [imóvel] e já usa o apartamento que tem em cima... Hoje, por exemplo, sou dono de comércio então, entre aspas, eu consigo aplicar algumas coisas que eu estudei, eu trabalho mais a cabeça do que os braços. Como eu tenho comércio devo administrá-lo, estou trabalhando a cabeça, tenho que ver funcionário, tenho que ver produção, tenho que ver o que está vendendo, que está comprando né, o dia-a-dia de um comerciazinho normal. Então é totalmente diferente do que eu fazia lá, me sinto muito realizado; não tem nem comparação de quando trabalhava lá no Japão. (Akira).

Como podemos observar a mesma situação é avaliada de forma diferente pelos integrantes do casal. Eles podem até terem sido orientados por um mito de família tradicional, com os correspondentes papéis de sexo demandados por uma ideologia de gênero. O segundo turno em casa, após o primeiro turno na fábrica, como ocorria no Japão, não incomodava a Najla. Ao contrário, ela internalizou positivamente a “naturalização” de seu papel administrando a casa, no segundo turno. No entanto, não suportou o novo arranjo quando voltou ao Brasil, pois a nova atividade, na área de serviços, passou a ser realizada em estabelecimento situado no térreo de sua própria residência. Ela não tolerou a mudança para uma situação em que o domínio doméstico, privado, conjugal se aproxima da esfera do trabalho mercantil, público, nitidamente diferente do que ocorre no mito de família tradicional, que distingue, espacial e simbolicamente os dois domínios. Quando moravam no Japão, não lhe incomodava o regime praticamente taylorista da fábrica e a despersonalização completa do *self* na linha de montagem, pois seu local de autoestima era o mundo doméstico, cuja manutenção, em termos recursos financeiros, provinha do trabalho na fábrica. Sua esperança se depositava na manutenção de seus ganhos no Brasil, mantendo a independência dos dois domínios. No entanto, com sua casa “invadida” pelo negócio, transformada parcialmente num estabelecimento de serviços, sua autonomia doméstica cai e a autoestima diminui, pois estava ligada completamente à distinção estrutural entre vida doméstica e vida no trabalho.

Já a percepção de Akira é bastante diferente, pois se ajusta ao papel do homem provedor no mito da família tradicional. Embora a condição de provedor estivesse satisfeita e até compartilhada com a esposa quando trabalhava no Japão, a autoestima era menor, pois a despersonalização na linha produtiva, bem como a simplicidade e a monotonia das tarefas requeridas, não coadunam com o perfil agressivo, competitivo e obstinado que se constrói em relação à masculinidade no arranjo entre sexos tradicional. Além disso, os decasséguis no Japão não costumam se integrar às populações locais ou

manter laços comunitários, constituindo um fenômeno que se passou a ser designado pelos pesquisadores da imigração decasségui como *Invisible Residents*,” a fixação invisível de residência, com o significado da presença de trabalhadores estrangeiros, de forma que os moradores japoneses não possam ter o mínimo de contato com eles” (KOJIMA, 2009, p. 93) A jornada de trabalho é muito longa e os trabalhadores retornam ao alojamento tarde, o que não incentiva a manutenção de contatos entre os decasséguis e a população local que, embora ciente da presença dos imigrantes, não os vêem e não chegam a conhecê-los. Assim, a nova situação no Brasil, em que a poupança acumulada no período decasségui foi investida na constituição de um estabelecimento no térreo do domicílio de moradia, representou uma ascensão do self para Akira. Está diante de “seu” negócio, que administra autônoma e racionalmente, supervisiona funcionários, está em contato com a clientela, ou seja, tem tudo o que lhe faltava no Japão. Ademais, o que considera uma realização foi obtida por esforço próprio em outro país, o que também cai bem ao papel masculino de provedor, sobretudo quando se está de volta à terra natal e se pode narrar o período decasségui como um sacrifício útil e bem sucedido.

### **Observações finais**

As breves considerações obtidas com a reorientação dos trabalhos empíricos em andamento à temática dos arranjos domésticos de gênero indicam, a despeito de seu caráter especulativo e embrionário, que muito deve ser realizado para que se consolide um campo de pesquisa na área, no Brasil. As modificações na PNAD com a introdução de novas variáveis referentes ao trabalho em afazeres domésticos, constituíram apenas um primeiro passo no aprimoramento de bases de dados sobre o trabalho, se colocarmos no horizonte a possibilidade de mensurar o trabalho doméstico e livrá-lo do atributo da inatividade ou da improdutividade. No entanto, a análise quantitativa dos arranjos de sexo carece de projetos mais ambiciosos, como os já realizados em trabalhos comparativos internacionais, com a monitoração longitudinal de casais e a efetivação de um consenso em relação a unidades e formas de mensuração.

As abordagens qualitativas, principalmente empregando entrevistas de profundidade, narrativas e histórias de vida talvez indiquem a perspectiva técnico-metodológica mais acessível, no contexto brasileiro, para a investigação da temática, ainda que seja mais apropriada a estudos de caso e amostragens intencionais. Ainda não tivemos no Brasil, pelo menos pelo que resultou do breve levantamento da literatura disponível realizado para esta comunicação, uma pesquisa de caráter etnográfico como a realizada por Arlie Hochschild. No entanto, ainda que a tivéssemos realizado e já contássemos com a tipologia de mitos de família, estratégias de gênero e seus vocabulários de motivos relativos aos diversos arranjos domésticos vivenciados pelos casais, seríamos orientados a uma postura metodológica inspirada pelo exame de casos à primeira vista específicos e irrelevantes à temática, como os de serviços de contínuos e a imigração repetitiva de decasséguis. Trata-se de valorizar o atípico não como uma forma residual, mas como reveladores de novas reconstruções analíticas, a que não estávamos inclinados justamente pela atenção a tipicidades já identificadas e analisadas, embora obtidas com base na acentuação de valores ou formas simbólicas que já não têm a mesma relevância ou o mesmo nível de reconhecimento cognitivo e social. Hochschild entrevistou, a partir da década de 1970, casais heterossexuais de classe média em que ambos trabalhavam em período integral, com filhos de idade média de seis anos. Jornadas e formas de contratação flexíveis tornaram-se típicas, recentemente, principalmente os contratos para trabalho em meio período em ocupações

mais direcionadas ao sexo feminino. Surgiram movimentos e iniciativas sociais pela conjugalidade homossexual e por políticas de auxílio e proteção a famílias monoparentais. As formas de trabalho consideradas atípicas são estatisticamente frequentes em países de economia periférica. Não ousamos mais asseverar que a identidade no mundo contemporâneo esteja tão relacionada ao trabalho a ponto de incentivar uma pesquisa de longa duração sobre famílias de duplo emprego (*two jobs family*). Portanto, diante dessas novas condições, os arranjos domésticos relacionados a essa nova ordem estrutural e novos conjuntos de valores e motivações certamente merecem ser pesquisados. Pretendeu-se aqui contribuir para a realização e o desenvolvimento de pesquisas nessa temática e em áreas correlatas.

### **Referências bibliográficas**

AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (orgs). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 15-78.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 331-353, jul./dez. 2006.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v.37, n.132, p. 537-572, 2007.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Izabel Baltar da (Org.). *Trabalho e gênero*. Mudanças, permanências e desafios. São Paulo: 34, 2000. p. 13-58.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RICOLDI, Arlene Martinez. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 39, n. 136, abril 2009 .

CARVALHO, Daniela de. *Migrants and Identity in Japan and Brazil*. New York: Routledge, 2003.

COLTRANE, S. Research on household labor: Modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. *Journal of Marriage and Family*. Greensboro, v. 62, n. 4, p. 1208-1233, 2000.

COSTA, João Pedro Corrêa. *De decasségui a emigrante*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da associação entre trabalho assalariado e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 66-92, jan./jun. 2009.

- DEDECCA, C. S. Tempo, trabalho e gênero. In: BEZERRA, M. E. L. et alii (Orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT Brasil, 2004. p. 21-52.
- DUBAR, Claude. *A crise das identidades*. A interpretação de uma mutação. Porto: Afrontamento, 2006.
- DUBAR, Claude. *A socialização*. Construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DUFFY, Mignon. Doing the dirty work: gender, race, and reproductive labor in historical perspective. *Gender & Society*., v. 21, n.3, p. 313-336, 2007.
- EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie R. *Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy*. New York: Metropolitan Books, 2003.
- GLENN, Evelyn Nakano. From servitude to service work: historical continuities in the racial division of paid reproductive labor. *Signs*. Chicago, v. 18, n. 1, p. 1-43, 1992.
- GOFFMAN, Erving. The arrangement between sexes. *Theory and Society*. Davis, v. 4, n. 3, p. 301-331, fall 1977.
- GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho*. Crítica da razão econômica. 2ed. São Paulo: Annablume, 2007 [1988].
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell; MACHUNG, Anne. *The second shift*. New York: Penguin, 2003 [1989]
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. *Commercialization of intimate life*. Notes from home and work. Berkeley: University of California, 2003.
- HOLZMANN, Lorena. Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. *Sociologias*. Porto Alegre, n.4, p. 258-273, 2000.
- KAWAMURA, Lili. *Para onde vão os brasileiros?* Campinas: Unicamp, 1999.
- KAWAMURA, Lili. *Para onde vão os brasileiros?*, Campinas, São Paulo, Ed. Unicamp, 1999.
- KERGOAT, Danièle. La Division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, Jacques et al. (dir.). *Le monde du travail*. Paris: La Decouverte, 1998. p.319-327. (Coll. Synos)
- KOJIMA, Lina. Migração repetitiva entre o Brasil e o Japão. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – São Paulo, FFLCH/USP.

- LAHIRE, Bernard. *O Homem Plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, R. J.: Vozes, 2002.
- LEWIS, Jane. Política familiar e mercado de trabalho: o caso da Grã-Bretanha em uma perspectiva européia. In: MARUANI, Margaret & HIRATA, Helena (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Senac, 2003.
- LIPOVETSKY, G. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARTINS, Ana Lúcia de Miranda. Casamento e trabalho. Reflexões sobre a ótica do gênero e do ciclo vital. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Brasília, UnB.
- MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade*. Homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003.
- MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro e DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. *Econ. soc.* [online]. 2007, vol.16, n.3, pp. 435-454. ISSN 0104-0618.
- MILLS, C. Wright. Situated actions and vocabularies of motive. In: STONE, Gregory P.; FARBERMAN, Harvey A. (eds.) *Social Psychology through symbolic interaction*. Waltham: Xerox College, 1970. p. 472-480.
- OKAMOTO, Mary Yoko. *Dekassegui e família: encontros e desencontros*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – São Paulo, PUC.
- OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. A segregação ocupacional por gênero e seus efeitos sobre os salários no Brasil. In: WAJMAN, Simone; MACHADO, Ana Flávia (Orgs.). *Mercado de trabalho*. Uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 121-150.
- PERTICARRARI, Daniel. *Foi com o trabalho que me tornei homem: trabalho, gênero e geração*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – São Carlos, UFSCar.
- PINHEIRO, Zuleika A. C. *O gênero da casa: vivências masculinas no espaço doméstico*. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Viçosa, Universidade Federal de Viçosa.
- RIZAVI, Sayyid Salman; SOFER, Catherine. Trabalho doméstico e organização do tempo dos casais: uma comparação internacional. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (Orgs.). *Mercado de trabalho e gênero*. Comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 107-124.
- SANTOS, Luciana da Silva. Profissão: do lar. A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade do feminino. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Brasília, UnB.



- SASAKI, Elisa. Movimento Dekassegui: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão. In: SALES, Tereza; REIS, Rossana Rocha. Cenas (orgs.) *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- SCHUTZ, Alfred. *El problema de La realidad social*. Escritos I. 2ª Ed. 1 reimp. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.
- SCHUTZ, Alfred. The Homecomer. *The American Journal of Sociology*. Chicago, v. 50, n. 5, p. 369-376, Mar., 1945.
- SCHUTZ, Alfred. The Stranger: An Essay in Social Psychology. *The American Journal of Sociology*. Chicago, v. 49, n. 6, p. 499-507, May, 1944.
- SILVA, Thálita Cavalcanti Menezes da; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida e VIEIRA, Luciana Leila Fontes. **Família, trabalho, identidades de gênero**. *Psicol. estud.* [online]. 2010, vol.15, n.1, p. 151-159.
- SORJ, Bila; FONTES, Adriana e MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n.132, p. 573-594, 2007.
- SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: OLIVEIRA, S. de; RECAMÁN, M. VENTURI, G. *A Mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.107-119.